



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Representação
no Brasil

Seminário

Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior

Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 9 de outubro de 2013

Relatório final

Brasília, 2014

Publicado em 2014 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França – e a Representação da UNESCO no Brasil

© UNESCO 2014



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Atribuição-Uso Não-Comercial-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-NC-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<http://unesco.org/open-access/terms-use-ccbyncsa-en>).

BR/2014/PI/H/3

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Relator: Osmar Arruda Garcia

Coordenação: Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil

Revisão técnica: Mariana Braga e Edneia Soares, Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil

Revisão editorial e projeto gráfico: Unidade de Comunicação, Informação Pública e Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

Esclarecimento: a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam grafados no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino.

Sumário

Introdução	2
Mesa 1 – Sexualidade e gênero: avanços e desafios	2
Mesa 2 – Sexualidade e gênero: experiências na formação docente I	5
Mesa 3 – Sexualidade e gênero: experiências na formação docente II	8
Diálogos: de que forma a educação em sexualidade e gênero tem sido incluída na formação docente?	10
Diálogos com a plateia	11
Encaminhamentos para inclusão da educação em sexualidade e relações de gênero na formação inicial docente	11
Rede de Gênero e Educação em Sexualidade (REGES)	13
Considerações finais	13
Anexo 1 - Palestrantes	14

Introdução

Esse documento apresenta a narrativa do seminário intitulado *Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior*, promovido pela UNESCO, realizado em 9 de outubro de 2013, nas dependências da Fundação Carlos Chagas, na cidade de São Paulo. Esse evento contou com a participação das cátedras da UNESCO e da Fundação Carlos Chagas, bem como de pesquisadores acadêmicos de várias instituições de ensino superior do país, membros da UNESCO, da ECOS – Comunicação em Sexualidade e membros da Fundação Carlos Chagas.

O encontro foi concebido, pela UNESCO, por ocasião da publicação da obra “Orientação técnica internacional de educação em sexualidade”, adaptada para o contexto brasileiro, uma vez que a organização preocupa-se com a formação inicial docente no que tange às temáticas das relações de gênero e educação em sexualidade e entende que o professor é central na promoção de mudanças com relação a essas questões.

O seminário apresentou-se como uma oportunidade para a abertura de diálogos entre pesquisadores oriundos das universidades brasileiras, organizações não governamentais e organismos internacionais. Teve como intuito proporcionar uma discussão aprofundada sobre a inserção das temáticas das relações de gênero e educação em sexualidade nos currículos de formação docente no ensino superior, através de disciplinas ministradas pelos professores pesquisadores participantes do evento. As discussões centraram-se nas experiências desses acadêmicos lecionando disciplinas voltadas às temáticas nos cursos de formação inicial de professores nas universidades nas quais lecionam e pesquisam.

Contou-se, no evento, com a realização de uma mesa de abertura, 3 mesas redondas, além de uma mesa de diálogos; no final foi realizado um grande debate com o público presente.

A mesa de abertura contou com a presença de: Maria Rebeca Otero Gomes, coordenadora do Setor de Educação, da UNESCO Brasil; Claudia Davis, superintendente da Fundação Carlos Chagas; Lúcia Santiso Villas Bôas, coordenadora da Cátedra UNESCO sobre Profissionalização Docente da Fundação Carlos Chagas; Gustavo Bernardes, coordenador-geral de Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR); Edson de Almeida da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo; e Maria Silvia Cavasin Matanó, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Todos os membros da mesa de abertura ressaltaram a importância de um evento como o realizado pela UNESCO para a formação docente sobre as relações de gênero e educação em sexualidade, e observaram que essa formação deve ser realizada, sobretudo e principalmente, na formação inicial dos professores.

O seminário teve todo o seu áudio gravado para que, a partir dele, fosse elaborado esse relatório, a fim de que pudessem ser registradas todas as recomendações e discussões realizadas durante o evento.

Mesa 1 – Sexualidade e gênero: avanços e desafios

Coordenada por Sandra Unbehaum (coordenadora do Departamento de Pesquisas Educacionais, Fundação Carlos Chagas), esta mesa contou com a participação de Maria Rebeca Otero Gomes (coordenadora do Setor de Educação da UNESCO no Brasil), Elisabete Regina Baptista de Oliveira (pesquisadora, ECOS – Comunicação em Sexualidade) e Denise Carreira (coordenadora da Área de Educação da Ação Educativa).

Sandra Unbehaum salientou que “é oportuno contemplar nosso olhar para as questões de formação inicial e continuada dos docentes para lidar com as questões das relações de gênero e educação em sexualidade na escola”. Suas considerações apontam que “nossas discussões devem ser mais densas ao nos debruçarmos nas questões de formação docente, já que não se trata de temas de fácil discussão”.

Rebeca Otero apresentou o material sobre o *bullying homofóbico nas escolas*, produzido pela Organização. Segundo ela, quando criada em 1945, a UNESCO tinha como lema: “Se a guerra nasce na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz”, e essa é a grande missão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

A coordenadora de educação da UNESCO salientou que busca integrar os setores de educação e saúde ao desenvolvimento de ações na promoção da saúde sexual e reprodutiva de estudantes. Essas ações contribuem para a redução das vulnerabilidades, cujos princípios baseiam-se no direito à educação para as diversidades, contribuindo para o alcance de uma Educação Para Todos.

Um dos destaques de sua fala foi a observação de que, no Brasil, as discussões com relação às temáticas tratadas no seminário têm sofrido um retrocesso, principalmente no que diz respeito às políticas públicas. Exemplificou que, anteriormente, ainda que não houvesse uma política de Estado, havia uma “liberdade” em se entrar nas escolas para discutir tais questões. Porém, hoje, isso é incerto. Portanto, é necessário que se pense por que o cenário é de retrocesso, uma vez que as discussões sobre gênero e sexualidade estão diretamente ligadas aos indicadores de qualidade da educação e da saúde.

Entre as políticas públicas de educação em sexualidade no Brasil e na América Latina, a coordenadora da UNESCO destacou o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) e o Programa Saúde nas Escolas (PSE), iniciativas do Governo Federal. Também mencionou o Projeto *Harmonización de Políticas Públicas para la Educación Sexual y la Prevención del VIH/SIDA y Drogas en el Ambito Escolar* nos seguintes países: Argentina, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Brasil.

A coordenadora também destacou os materiais produzidos pela UNESCO, que não têm sido distribuídos nas escolas pelos ministérios, sobretudo aqueles relacionados a conteúdos como homofobia e sexualidade.

A UNESCO editou duas publicações relevantes na área de educação em sexualidade. A primeira delas é a “Orientação técnica internacional sobre a educação em sexualidade”, que consiste em uma ferramenta para a elaboração dos currículos desde a séries finais da educação infantil até o ensino médio. Rebeca destacou que esse documento é apenas uma ferramenta para auxiliar na elaboração de projetos, e não faz parte do currículo das instituições escolares. Em alguns países são realizadas adequações conforme cada realidade, e que a adaptação para o contexto brasileiro será apresentada posteriormente.

A segunda publicação trata-se do material sobre o *bullying homofóbico*, considerado pela UNESCO como “um problema global”, ou seja, “uma violação dos direitos de alunos e professores que impede a nossa capacidade coletiva de alcançar uma educação para de qualidade para todos”. O material foi editado após uma reunião mundial ocorrida no Rio de Janeiro em 2012.

A UNESCO entende que as temáticas deste encontro precisam ser incluídas no currículo da formação inicial e continuada de docentes.

A segunda a falar, nesta mesa, foi Elisabete Regina Baptista de Oliveira, da ECOS – Comunicação em Sexualidade, que trouxe um relato sobre a adaptação da *orientação técnica internacional sobre a educação em sexualidade para o cenário brasileiro*. O material original era dividido em dois volumes:

- Volume I – Justificativas para a educação em sexualidade – pesquisa (revisão de 87 estudos) sobre o impacto da educação em sexualidade no comportamento sexual;
- Volume II – Tópicos e objetivos de aprendizado – informações, valores, atitudes e normas sociais, habilidades pessoais, responsabilidade.

O material chegou às mãos da ECOS no momento em que estava organizando a Rede de Gênero e Educação em Sexualidade (REGES), uma rede que consiste na articulação de entidades, pessoas e movimentos da sociedade civil, que busca incidir politicamente para que a educação em sexualidade seja reconhecida como parte dos direitos humanos. A REGES visa, portanto, “sensibilizar universidades, sociedade civil, órgãos governamentais sobre a importância da inclusão da educação em sexualidade na formação inicial de professores”. Assim, o material foi submetido à apreciação dos docentes que faziam parte da REGES.

Na análise dos comentários dos docentes, a ECOS constatou que:

- havia a necessidade de adequação cultural do documento à realidade brasileira;
- era necessário adaptar o documento ao atual estágio de discussão sobre a sexualidade no Brasil; e
- deveria ser realizado um alinhamento do documento às políticas públicas de educação em sexualidade.

Dessa forma, a nova publicação intitula-se “Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem”, destinada a educadores brasileiros. Uma adaptação para o Brasil dos tópicos e objetivos de aprendizagem, que fazem parte da “Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade (OTIES)”, publicada pela UNESCO em 2009, em parceria com o Programa das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), o fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). A publicação está disponível no *site* da UNESCO.

Em seguida, Denise Carreira, da Ação Educativa, iniciou sua fala dividindo-a em dois momentos. No primeiro, fez um relato sobre o “Informe Brasil: gênero e educação”, um balanço e síntese sobre os dados e informações relativos às questões de gênero em sua intersecção com as questões de raça/etnia. No segundo momento, falou sobre os desafios que marcam a agenda de gênero e sexualidade em educação em sua relação profunda com outros recortes como renda, raça/etnia etc., bem como do contexto de tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) e do processo da II Conferência Nacional de Educação (CONAE).

O “Informe Brasil: Gênero e Educação”, foi produzido no marco da campanha Educação Não Sexista e Anti-discriminatória, organizada pelo *Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer* (CLADEM) em 14 países da América Latina. O informe brasileiro, apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), questiona o entendimento de que, no Brasil, os desafios da equidade de gênero na educação já foram resolvidos. Essa visão é reforçada por diversos relatórios produzidos pelo estado brasileiro, que apontam a maior escolaridade e o melhor desempenho das mulheres na educação, como resposta definitiva às metas internacionais referentes às inequidades de gênero na educação.

Este relatório apresenta grandes contribuições e aponta que a problemática de gênero na educação brasileira se relaciona a seis grandes desafios, profundamente interligados:

1. a desigualdade persistente entre as mulheres brasileiras;
2. o pior desempenho e maiores obstáculos para a permanência escolar dos meninos e jovens brasileiros, sobretudo os negros;
3. a manutenção de uma educação sexista, homofóbica, lesbofóbica, transfóbica, racista e discriminatória;
4. a concentração das mulheres em cursos e carreiras consideradas femininas, com menor valorização profissional e limitado reconhecimento social;
5. a baixa valorização das profissionais da educação básica, que representam quase 90 % dos profissionais da educação;
6. o acesso desigual à educação infantil de qualidade.

Um dos pontos que merece destaque no relatório refere-se ao lugar do gênero e da sexualidade nas políticas públicas de formação docente. Segundo Denise, apesar dos avanços da última década e dos marcos normativos, a formação inicial docente segue incorporando poucos as discussões referentes ao gênero e à sexualidade. Há ainda o agravante de que muitas vezes essa formação, quando ocorre, tem um caráter biologizante, com foco nas doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e em aspectos da gravidez na adolescência, pouco afeitos ao caráter social relacionado ao gênero, à sexualidade ou à diversidade sexual. Já na formação continuada docente, observa-se uma fragmentação, ou a pouca valorização da agenda de gênero e sexualidade ou das conclamadas diversidades, uma vez que é realizada por programas governamentais cuja institucionalidade é frágil e limitada.

Com relação ao segundo momento sobre os desafios que marcam a agenda de gênero, Denise destacou dois pontos:

1. A retomada do projeto desenvolvimentista, no país, e o que ele representa na disputa do conceito de qualidade educacional vigente;
2. A constatação do crescente poder de grupos religiosos conservadores, sobretudo evangélicos, na sociedade, e em especial, frente às instituições públicas educacionais e aos poderes legislativos em todas as esferas (municipal, estadual e federal).

Para a coordenadora da Ação Educativa, frequentemente as agendas de gênero, sexualidade e diversidade têm sido utilizadas como moeda de troca em negociações políticas, e isso tem causado muitos retrocessos, principalmente

próximo a momentos eleitorais, como o ocorrido em relação ao *Kit Escola Sem Homofobia*. Ela propõe e observa que é fundamental reagir, somar forças em defesa da laicidade do estado e não recuar com relação às conquistas das últimas décadas.

Denise elencou, ainda, 10 desafios para a agenda de gênero:

1. Superar a fragmentação de iniciativas relacionadas às agendas de gênero, sexualidade e diversidade.
2. Tensionar e ampliar a política de avaliação educacional, pautada, atualmente, pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).
3. Melhorar as condições institucionais.
4. Elaborar um plano normativo.
5. Formar dos profissionais da educação.
6. Fazer um controle social.
7. Gerar informação sobre as variáveis de desigualdade através de censos.
8. Estabelecer relação entre a política universal e a política de ação afirmativa (superar dualismos).
9. Seguir judicializando com relação as questões de gênero e sexualidade.
10. Ampliar as alianças em prol das agendas de gênero, sexualidade e diversidade.

Em suma, essa mesa demonstrou que há muitos materiais, discussões e pesquisas sendo realizadas em prol das temáticas das relações de gênero e educação em sexualidade. Porém, é possível observar também entraves, retrocessos, resistências e desafios a serem superados, de modo a levar essas discussões, debates, materias e contribuições para dentro das escolas.

Mesa 2 – Sexualidade e gênero: experiências na formação docente I

Essa mesa foi composta pela professora doutora Cláudia Vianna, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP); professora doutora Maria Eulina Pessoa de Carvalho, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); professora doutora Jimena Furlani, do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); professor doutor Paulo Rennes Marçal Ribeiro, da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, em Araraquara (UNESP-Araraquara); e coordenada pela professora doutora Maria Cristina Cavaleiro, do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). O intuito dessa mesa foi discutir as experiências dos professores na inserção das temáticas de gênero e educação em sexualidade nos currículos de formação docente por meio da oferta de disciplinas nas quais tais temáticas fossem tratadas.

As apresentações foram iniciadas pela professora Cláudia Vianna (USP), que relatou trabalhar há muitos anos com a inserção das relações de gênero e da diversidade sexual nas discussões acerca do tema na educação. Segundo ela, esse é um longo processo que se inicia com a Constituição de 1988, passa pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e pela criação de uma série de agendas, que se tornaram mais visíveis a partir do governo Lula. Nas pesquisas de balanços mais recentes, apesar de incipientes, ela destaca que vem percebendo que as políticas educacionais, no que tange às temáticas apresentadas, dizem muito respeito ao currículo e à formação docente continuada, muitas vezes, realizada a distância.

A professora Cláudia afirma que, nesse processo, o menor investimento foi em formação inicial, e utiliza-se de um levantamento realizado pela ECOS, no período de 2003 a 2008, nos cursos de formação em pedagogia nas universidades que são as responsáveis pela maioria desses cursos (71%). Nesse levantamento é possível constatar que, dentre 989 universidades, há apenas 41 cursos que incluem gênero e sexualidade, dentre os quais a grande maioria trata-se de disciplinas optativas (o aluno opta se quer ou não cursar a disciplina). Desses 41 cursos, apenas 9 têm disciplinas alocadas em sua grade regular de formação, ou seja, disciplinas obrigatórias.

Assim, a experiência docente da pesquisadora está inserida nesse contexto de luta por visibilidade, que para ela já tem mais de duas décadas, iniciando-se no final da década de 1980. Um primeiro momento de inserção se deu em uma disciplina “guarda-chuva” intitulada Seminários de Administração Escolar, que tinha temáticas emergentes e onde ela pôde inserir duas turmas de Movimentos por Educação e Democratização do Ensino Público, onde se discutiu gênero, em 1994.

Após a discussão do novo currículo em pedagogia foi possível transversalizar a disciplina Política e Organização da Educação no Brasil, na qual se inseriu um tópico que discutia a exclusão e o acesso relativos aos processos educativos, incluindo as discussões sobre gênero, raça/etnia e deficiência, em 1999. Essa inserção foi ao longo de mais de uma década criando um campo de negociação.

No percurso formativo até 2012, na Faculdade de Educação da USP, houve a oferta de várias de disciplinas que abordavam gênero de forma transversalizada, mesmo por professores não especialistas nas temáticas. No entanto, isso dependia de quem ministrava a disciplina. Além disso, em meados dos anos 2000 foi aprovada uma área na graduação sobre relações de gênero e educação, na qual há duas disciplinas: Relações de Gênero e Educação I: Trabalho, Educação e Gênero e Relações de Gênero e Educação II: Escola e Relações de Gênero, as quais vêm sendo ministradas sistematicamente todos os anos. Na pós-graduação há mais duas que não têm oferta tão constante: Identidade Coletiva, Gênero e Educação e Relações de Gênero e Educação Escolar, ministradas a partir de 2003.

Esse trabalho, segundo a professora Cláudia, não teria sido tão fértil se não fosse a criação do grupo de pesquisa Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual (Edges), criado em 1994, coordenado por ela e por Marília Carvalho, o qual possibilitou a oferta de vários eventos relacionados ao tema.

Assim, a professora trouxe alguns relatos sobre o trabalho nas disciplinas que lecionou sobre gênero na Faculdade de Educação da USP, e observou que as mesmas não são parte do currículo formal da formação em pedagogia.

O esforço de inserir esses temas na formação docente é individual. Em meio a esse contexto, a professora Cláudia aponta os desafios a se superar na inserção das discussões sobre gênero e sexualidade nessa formação:

- Resistências internas à incorporação da temática.
- Fragmentação do debate e não articulação entre departamentos.
- Ausência de perspectiva unificada na política de formação docente em gênero e sexualidade.

A pesquisadora disse que não se pode deixar de registrar o esforço e o investimento governamental, nos últimos anos, na realização de cursos de formação continuada docente que contemplem as temáticas discutidas no seminário, principalmente através da Educação a Distância (EaD). Porém, alertou que continuar uma formação sobre uma temática, na qual nunca existiu formação anterior, é algo bem difícil. Além disso, as políticas existentes de formação continuada e inicial padecem da falta de continuidade e de limitações estruturais, oscilando entre iniciativas de cunho individual disciplinar ou transversal, porém a professora entende que os dois tipos de políticas são necessários.

A próxima a falar na mesa, foi a professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho (UFPB), que começou ressaltando sua recente realização de um levantamento sobre como estariam as questões de gênero nos currículos da UFPB. Ela constatou que há “pouco avanço da política institucional da educação superior no que concerne à inclusão de disciplinas específicas, ou à transversalização de gênero nos currículos expressa nos projetos político-pedagógicos (PPP) ou projetos pedagógicos de cursos (PPC)” na UFPB e na rede escolar de João Pessoa, apesar de o Projeto Político Institucional da universidade prever a adoção de abordagens que contemplem as diferenças em seus princípios filosóficos e educacionais. Como prevêm as políticas de gestão de ensino, pesquisa e extensão, devem ser potencializadas as condições de acesso e permanência que não permitam a discriminação e favoreçam a inclusão de minorias reconhecidas socialmente.

A professora aponta um desconhecimento sobre o que venha a ser o conceito de gênero mesmo pelos docentes do ensino superior. Ela sugere que se deva transversalizar a temática de gênero nos currículos.

Na análise do levantamento que realizou, no currículo de Pedagogia, ela percebeu a existência de duas disciplinas que continham a palavra gênero: *Cultura, Gênero e Religiosidade* (no título) e *Educação e Diversidade Cultural* (na ementa). Outras incluem a temática por iniciativa das docentes (que são mulheres), como: *Educação e Trabalho, Psicologia da Educação, Educação Sexual, Educação e Diversidade Cultural*.

No caso do projeto político do curso, de Serviço Social, a professora constatou que este “está em processo de revisão e a temática de gênero e da mulher está nos pontos de discussão para ser inserida como disciplina específica” e que “muitas disciplinas já incluem a questão, a exemplo daquelas com foco em família e trabalho”. No curso de Enfermagem, o projeto será “refeito, devido ao desmembramento do curso em bacharelado e licenciatura” e enfoca “centralmente o cuidado, mas usa linguagem sexista: professor, graduado, pesquisador, aluno”.

A fala seguinte foi realizada pela professora Jimena Furlani (UDESC). A professora começou ressaltando a importância da presença dos núcleos e grupos de estudos que formam estruturas, nas quais é possível pensar as temáticas de gênero, e que possibilitam uma formação mais ampla que só a realizada através dos currículos e das disciplinas. O objetivo é que as discussões, por meio da realização de eventos e encontros, estejam presentes durante os quatro anos da graduação. Portanto, ela ressalta que essa formação inicial que discutimos é mais ampla do que se imagina.

Outra linha de frente importante, ressaltada pela pesquisadora, é a criação da resolução que estabelece a política de inclusão da UDESC. Também o curso de Pedagogia da UDESC inclui, há aproximadamente 20 anos, disciplinas que discutem as temáticas do seminário, tais como:

- Educação e Sexualidade – 60h (1ª fase – Pedagogia);
- Educação Sexual na Infância e na Adolescência – 30h (6ª fase – Pedagogia);
- Educação Sexual na Infância – 30h (7ª fase – Pedagogia – Educação Infantil);
- Educação Sexual – 30h (8ª fase – Pedagogia – Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Administração Escolar).

Com a nova matriz curricular essa carga horária diminuiu. Porém havia outras disciplinas ministradas pela professora, nas quais ela também discutia gênero, como:

- Biologia Educacional – 60h (Pedagogia – 3ª fase)
- Conteúdos e Metodologias do Ensino de Ciências – 60h (7ª fase – Pedagogia – Anos Iniciais)
- A Criança, a Natureza e a Sociedade – 60h (7ª fase – Pedagogia – Educação Infantil)

Na nova matriz curricular do curso de Pedagogia da UDESC, no eixo Educação, Cultura e Sociedade, há uma disciplina obrigatória intitulada *Educação, Gênero e Sexualidade*. Além disso, há ainda disciplinas optativas que são oferecidas, como Famílias, Gênero e Violências – Seminário I – Pesquisas Contemporâneas; Famílias, Gênero e Violências – Seminário II – Aprofundamento Temático; Famílias, Gênero e Violências – Seminário III – Práticas Pedagógicas. Além disso, é realizado na universidade um curso de extensão intitulado Formação de Educadoras/es para Educação Básica/2013.

Encerrando as participações dessa mesa, houve a fala do professor Paulo Rennes Marçal Ribeiro (UNESP-Araraquara), que contou sobre sua experiência na UNESP-Araraquara. Ele afirmou que a trajetória da UNESP-Araraquara com relação a temáticas de sexualidade tem início com a criação do Núcleo de Estudos da Sexualidade (NUSEX), no ano 2000. O grupo reúne professores da UNESP e alunos de graduação e pós-graduação. Isso possibilitou o oferecimento de disciplinas optativas na graduação, no curso de Pedagogia. Porém, com a necessidade de o professor se deslocar para outro curso, essas disciplinas não foram mais oferecidas, sendo que na pós-graduação ainda eram oferecidas disciplinas ligadas às temáticas de gênero e sexualidade. Essas disciplinas eram oferecidas, primeiramente, no programa de pós-graduação em Educação Escolar.

Em 2010 foi criada, no programa pós-graduação, uma linha de pesquisa chamada Sexualidade, Cultura e Educação Sexual, e em 2012 foi criado o programa de pós-graduação (mestrado profissional) em Educação Sexual. Toda a criação de disciplinas, cursos de pós-graduação e linhas de pesquisa, foram possibilitadas graças ao NUSEX.

O professor Paulo apontou que uma das dificuldades encontradas nessa trajetória foi a “resistência, por parte dos professores da graduação, para a inserção no currículo da Pedagogia de ao menos uma disciplina obrigatória sobre sexualidade e educação sexual”, apesar de os próprios alunos sentirem falta desse tipo de formação quando se deparavam com o trabalho em sala de aula.

Por fim, a coordenadora da mesa professora Maria Cristina Cavaleiro (UENP), encerrou os trabalhos retomando os principais pontos discutidos na mesa: a carência da discussão de gênero e sexualidade nos cursos de licenciatura;

a necessidade da discussão de uma política mais ampla de formação docente; a percepção clara de que, apesar de uma década de investimentos em material e formação continuada sobre a temática, a discussão não tem chegado à formação inicial docente; a necessidade de a universidade deixar de ser operacional; a noção de que a abordagem desses temas nas universidades tem ficado a cargo dos professores, pois não há programas que os contemplem; e a contradição entre a importância da temática e a incapacidade de discussão em sala de aula por diversos motivos.

Mesa 3 – Sexualidade e gênero: experiências na formação docente II

Participaram dessa mesa a professora doutora Célia Regina Rossi, do Departamento de Educação da Universidade Estadual de São Paulo, em Rio Claro (UNESP-Rio Claro); a professora doutora Iracilda Pimentel Carvalho, do Departamento de Teoria e Fundamentos da Universidade de Brasília (UnB); a professora doutora Jane Felipe de Souza, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e professora doutora Eliane Rose Maio, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá (UEM). A mesa foi coordenada pela professora doutora Helena Altmann, da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A primeira a falar foi a professora Célia Regina Rossi (UNESP-Rio Claro), do departamento de Educação da UNESP-Rio Claro, que ressaltou que seu trabalho com as questões da sexualidade foi “despertado” no contato com meninas surdas, em sua tese de doutorado, e a partir de então, um novo mundo se abriu para ela. Dessa forma, buscou contato com o professor doutor Paulo Rennes que lhe recomendou que montasse um grupo de estudos sobre sexualidade na UNESP-Rio Claro. O grupo cadastrado no CNPq chama-se Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Sexualidades (GSEXs).

Como coordenadora do curso de Pedagogia da UNESP-Rio Claro, a professora relatou que se incomodada com o fato de a disciplina Educação Sexual na Escola ser optativa. Conseguiu inseri-la como disciplina obrigatória a partir da reformulação do currículo de pedagogia, em 2004, sendo ainda oferecida como optativa para as outras licenciaturas.

A professora Célia também é credenciada como professora da pós-graduação em Educação Escolar e no mestrado em Educação Sexual da UNESP-Araraquara, uma vez que narra não ter conseguido o credenciamento na UNESP-Rio Claro, já que consideravam que seu tema de pesquisa não era importante. Na pós-graduação, ela ministra as disciplinas: Construção do Feminino: dos primórdios ao contemporâneo; Pesquisa em Sexualidade e Educação Sexual. Coordenou, ainda, o curso Gênero e Diversidade na Escola, que formou sob sua coordenação um total de dois mil professores. Além disso, tem participado da promoção de eventos como as WebEducaçãoSexual e a Conferência Internacional Online de Educação Sexual (COES), que já está na sua segunda edição, bem como cafés filosóficos que discutem a temática no campus de Rio Claro.

Um ponto importante levantado pela professora, que já tinha sido salientado em falas anteriores, foi seu sentimento de solidão e isolamento no trabalho com estas temáticas, e que o grande apoio vem do grupo de pesquisa.

Em seguida, a professora Iracilda Pimentel Carvalho (UnB), iniciou a sua fala. Quando iniciou seu trabalho na Universidade de Brasília (UnB) na disciplina de História da Educação, a professora já trazia a temática de gênero para o debate, justamente porque havia uma plateia majoritariamente feminina no curso de pedagogia no qual lecionava. Ela considerava que não era possível trabalhar a disciplina sem abordar gênero. Essa conclusão ganhava força com a recepção e o interesse demonstrado pelos alunos.

A professora relatou ter sofrido várias sanções pelo fato de trabalhar as questões de gênero na disciplina, pois diziam a ela que isso não era história. Criou, então, uma disciplina optativa chamada *Tópicos Especiais*, já que se colocasse a palavra *gênero* ela não seria aprovada. Posteriormente, junto com outra professora, conseguiu inseri-la no currículo, quando a disciplina passou a ser intitulada Gênero e Educação, sendo oferecida até hoje.

O interesse na criação de tal disciplina era o de atender os alunos da pedagogia, porém a maioria dos discentes que cursavam a disciplina acabavam sendo oriundos de outros cursos.

Na Faculdade de Educação da UnB foi criado um grupo de pesquisa no qual, inicialmente, havia discussões sobre a

temática de gênero, mas com a saída de alguns docentes, hoje não mais se discute a temática. Assim, alunos que buscam pesquisar essas temáticas no mestrado e no doutorado não têm encontrado lugar e espaço.

A professora também coordenou o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), mas em Brasília o curso tem uma realidade diferente, por não existirem polos isolados, mas um centro onde se formam todos professores. Também relatou a grande dificuldade que os cursistas têm na discussão focada em sexualidade (diversidade sexual). O curso possibilitou, ainda, projetos de intervenção na escolas e pesquisas de mestrado e doutorado.

A universidade criou também um grupo chamado UnB Sem Homofobia, que visa ao combate a trotes homofóbicos e atitudes de discriminação e preconceito que ocorram na instituição.

Na sequência, a professora Jane Felipe de Souza (UFRGS), deu início a sua fala. Começou dizendo se sentir privilegiada, ao constatar que na UFRGS nunca houve dificuldade em implementar disciplinas que trabalhassem as temáticas discutidas no encontro. Em seguida, apresentou os grupos e linhas de pesquisa existentes na instituição:

Na Faculdade de Educação:

- GEERGE – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (1990)
- LP – Educação, Sexualidade e Relações de Gênero (2000)

Na Educação Física:

- GRECCO – Grupo de Estudos sobre Cultura e Corpo

Na Antropologia:

- NUPACS – Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde

Há 8 anos existe uma disciplina obrigatória no curso de Pedagogia e eletiva para Educação Física e Dança, chamada Educação, Saúde e Corpo, na qual as temáticas de gênero e sexualidade são discutidas. Existe também uma disciplina eletiva ministrada pela professora intitulada Educação Sexual na Escola.

A pesquisadora também aponta o fato de que hoje existem muitos alunos evangélicos e que a questão que se coloca é como abordar esses temas sem menosprezar os seus valores religiosos.

Ao final de sua fala, a professora aponta quais são os dilemas a enfrentar na formação docente relativos às questões de gênero e sexualidade:

- Políticas públicas de formação docente não contemplam questões de gênero e sexualidade no currículo;
- São pontuais e não fazem parte de uma política de formação continuada mais sólida nas escolas;
- Ações desconectadas e descontínuas entre secretarias e ministérios.

A última fala desta mesa foi da professora Eliane Rose Maio (UEM), na qual salientou que há um certo mutismo nos cursos de educação sobre as temáticas do gênero e da sexualidade. Ela foi responsável pela criação, na UEM, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (Nudisex), que é formado por acadêmicos de várias áreas do conhecimento. Promove bianualmente, desde 2009, o Simpósio Internacional de Educação Sexual (SIES), que tem sido um sucesso, segundo ela, além de cursos e eventos de extensão universitária destinados a profissionais da educação.

A professora ministra também uma disciplina chamada Diversidade Cultural, no curso de pedagogia, que é semipresencial, mas que passará a ser presencial após a reestruturação do curso. Já na pós-graduação, ministra no mestrado e doutorado em Ciências para a Matemática a disciplina optativa: *Ciência, Sexualidade e Gênero na Dimensão Educativa*; e no mestrado em Educação, a disciplina optativa: Gênero, Sexualidade e Educação: Implicações Pedagógicas.

Encerrando a mesa, a coordenadora professora Helena Altmann (Unicamp) teceu a suas considerações sobre o debate, destacando alguns pontos:

- Gênero e sexualidade se inserem nas universidades por meio da criação e da consolidação de grupos de pesquisa;
- A inserção dessas temáticas em disciplinas da graduação, nos cursos de formação inicial, ocorre por iniciativas isoladas e tem sido muito frágil;

- O diferencial da UFRGS em não haver problemas e impasses na inserção dessas discussões é um caso que merece ser estudado;
- É necessário pensar em ações concretas na graduação para que as disciplinas voltadas às temáticas de gênero e sexualidade não sejam eletivas, mas sim obrigatórias;
- O fato de essas disciplinas não serem obrigatórias evita a promoção de concursos para professores especialistas nessas áreas nas universidades.

Diálogos: de que forma a educação em sexualidade e gênero tem sido incluída na formação docente?

Essa seção, denominada *Diálogos*, teve como disparador as provocações e apontamentos de alguns pesquisadores, para que em segundo momento fosse realizado o debate com a plateia presente. A conversa foi coordenada pelo professor doutor Jorge Lyra, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e contou com a participação da professora doutora Ivany Pinto Nascimento, do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA); da professora doutora Fernanda Vecchi Alzuguir, do Instituto de Medicina Social/CLAM da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); da professora doutora Maria Cristina Cavaleiro, do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP); e da professora doutora Helena Altmann, da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Respondendo à pergunta proposta no título dos *Diálogos*, a professora Ivany Pinto Nascimento (UFPA), pensa que deveria existir núcleos de discussão nas universidades sobre as conclusões a que chegam nos encontros. Deveria, ainda, existir uma rede mais ampla para essa discussão, que permitisse uma ação mais articulada, levando também essas discussões ao nível dos ministérios, pois esse é um desafio complexo.

A professora Fernanda Vecchi Alzuguir (UERJ), apontou que “há alguns desafios que devemos enfrentar, tais como: a problematização e relativização de valores e pressupostos religiosos que os profissionais da educação carregam da sua trajetória biográfica e como converter isso em metodologias de formação; a dificuldade em trabalhar o tema da homossexualidade e da diversidade sexual, que é maior que o gênero, como relatado na experiência do GDE”.

Durante sua fala, a professora Maria Cristina Cavaleiro (UENP), trouxe a todo momento o tema da precarização docente em todos os níveis e, sobretudo, na universidade, o que se reflete na formação inicial de professores. Também trouxe à tona o isolamento no trabalho com as temáticas de gênero e diversidade sexual, sendo necessário, por este motivo, um maior investimento na formação inicial de professores.

Com extrema conexão com a fala da professora Maria Cristina, a professora Helena também desenvolveu um relato sobre as dificuldades e o isolamento no trato das temáticas dentro da Faculdade de Educação Física da Unicamp, mesmo conseguindo trabalhar a temática quando convidada para a confecção de material didático de formação de professores. Em sua experiência com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), foi possível levar essas discussões para dentro dos muros da escola.

Finalizando as provocações realizadas pela mesa, o professor Jorge Lyra narrou que também na UFPE não é diferente quanto a questões como o isolamento e a implementação de disciplinas sobre gênero e sexualidade. O que corrobora com a professora Maria Cristina sobre o fato de que é necessário discutir o contexto histórico mais amplo da formação. Enfatizou que um dos grandes entraves atualmente enfrentados diz respeito aos retrocessos pelos quais tem passado a discussão sobre essas questões na atual gestão do governo federal.

Apontou, ainda, que é necessário usar o lugar de formuladores e implementadores de políticas públicas educacionais, que os acadêmicos ocupam, para contribuir com a discussão. Destacou, na sua fala, que mais uma vez o MEC se furta a uma discussão sobre esse assunto, uma vez que não enviou nenhum representante para o seminário, mesmo tendo sido convidado a participar das discussões durante a realização do evento.

Em seguida, o diálogo foi aberto para a participação da plateia.

Diálogos com a plateia

Como a discussão com a plateia foi extensa, nessa parte do relatório as contribuições serão agrupadas em forma de tópicos apresentados pelo público. Os participantes narraram também suas trajetórias, cada qual na instituição onde trabalha, que em sua grande maioria converge com as discussões estabelecidas durante a realização das mesas. Assim, numa proposta afirmativa, foi iniciada a discussão privilegiando os participantes da plateia que não tivessem sido integrantes das mesas de debate. Dos assuntos abordados, resumidamente:

- Há pouca pesquisa na área de formação de professores ligada a gênero.
- Na escola da educação básica também há pouco tempo para o trabalho com gênero.
- É importante refletir sobre a judicialização relativa às questões de gênero e sexualidade.
- Depende-se muito de iniciativas individuais com relação a inserção dessas temáticas na formação docente inicial.
- Essa discussão pode ser ampliada para a formação docente em instituições particulares, que por sua vez, formam a maioria de docentes das escolas?
- Há falta de especialistas em gênero e sexualidade nos recursos humanos das universidades.
- Mesmo nas secretarias de educação municipais e estaduais passa-se por avanços e retrocessos quanto às temáticas.
- Nas universidades particulares, segundo uma participante, o isolamento é ainda maior, e, muitas vezes, nem se cogita esse tipo de discussão.
- Gênero está presente em muitos tópicos do currículo, e não somente na parte do currículo dedicada a biologia e saúde.
- Houve a inclusão no certame do concurso para docentes do estado de São Paulo de leis e decretos que contemplam as questões de gênero e sexualidade.
- A existência de um “fosso” entre os núcleos que estudam sexualidade e gênero em sua relação com a educação e os outros núcleos que estudam essa temática.
- O gênero deveria ser integrado ao currículo de forma permanente e independente de se ter um especialista na temática no corpo docente da universidade.
- Trabalhar sexualidade e gênero, no Brasil, passa, necessariamente, pela falta de se interrogar a religião.
- É necessário preocupar-se também com a formação dos professores da educação infantil nessas temáticas, e não só dos outros níveis de ensino.
- É preciso uma maior articulação entre as várias áreas disciplinares que pesquisam gênero e sexualidade dentro da universidade.
- É necessário institucionalizar o debate das questões de gênero e sexualidade nas universidades.
- É preciso empoderar as discussões de gênero e sexualidade.
- Foi apontada novamente a falta de um representante do MEC nessa discussão.

Terminadas as discussões, o seminário passou para a sessão de encaminhamentos.

Encaminhamentos para a inclusão da educação em sexualidade e relações de gênero na formação inicial docente

Esta sessão foi coordenada por Sandra Unbehaum, da Fundação Carlos Chagas, portanto, a narrativa que segue é um resumo de sua fala. Ela começou elencando aquilo que chamou de “nossas fortalezas”, ou seja, aquilo que

considerou ser o que se tem de boas ações no que tange às discussões sobre educação em sexualidade e relações de gênero:

- Marcos normativos importantes, tais como: a Constituição Federal (CF/88), Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN);
- O Informe Brasil: Gênero e Educação;
- A Conferência Nacional de Educação (CONAE), na qual há um tópico que contempla a inclusão;
- A Conferência das Mulheres;
- O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres;
- Os Programas e Projetos;
- A Formação Continuada;
- A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI);
- Os grupos de pesquisas nas universidades;
- A ampliação do número de disciplinas ofertadas que contemplem a temática, ainda que na sua maioria eletivas e optativas.

Em seguida, Sandra Unbehaum passou a elencar aquilo que considerou que sejam fraquezas e desafios com relação à discussão das temáticas propostas:

- Uma desarticulação com o suposto campo macro de educação.
- A falta de discussões com aqueles que formulam as políticas públicas de educação das áreas de currículo, avaliação e orçamento, nas quais essas temáticas não são contempladas.
- A falta de se pensar a prática docente com relação ao gênero e à sexualidade, pois as discussões são realizadas sobre os fundamentos.
- O problema da tradução das discussões epistemológicas em políticas públicas educacionais.
- É necessário ocupar espaço nos grandes eventos: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), os Grupos de Trabalho de políticas, de currículo etc.
- A dificuldade em levar a discussão apresentada no seminário para os pares nas faculdades e institutos de educação e formação docente.
- A falta de discussão sobre as temáticas na reestruturação dos currículos dos cursos de pedagogia.
- A temática entrou em discussão na educação muito tardiamente.
- É preciso mostrar nas pesquisas os impactos dessas discussões que têm sido realizadas para medir os resultados em avaliações externas e internacionais.

Enfim, observou que “avançamos muito na discussão, porém devemos deixar de entrar pelas *portas dos fundos* e passar a entrar pelas *portas da frente*”. Considerou necessário, portanto, uma reflexão que vai ao encontro das discussões apresentadas no seminário: “O que nós queremos? É uma disciplina? É transversalizar?” Apontou, ainda, a necessidade de se articularem as discussões dos diversos campos afetados pelos marcadores sociais das diferenças, como raça/etnia, classe etc. Porém, salientou que “devemos baixar a nossa ansiedade, já que essas mudanças necessitam de um tempo histórico para acontecer”.

Considerou-se, portanto, ser fundamental um documento para os reitores e pró-reitores das universidades sobre a discussão realizada no evento. E sugeriu-se que fosse montado um grupo de trabalho para a elaboração desse documento e que ele fosse assinado institucionalmente pelos membros do grupo formado, sendo necessário pensar objetivamente o que de fato se quer colocar nesse documento, que talvez tenha que ser elaborado por parte, para que ele não tenha a característica apenas de uma carta de intenções.

O participante Gustavo Bernardes deixou uma sugestão aos membros que forem compor o grupo. Segundo ele, o Estatuto da Juventude, no artigo 18, fala da capacitação de professores em gênero, sexualidade e raça/etnia. Dessa forma, a sugestão foi a de que o grupo formado solicitasse ao governo federal um encontro em Brasília, a fim de discutir a implementação desse artigo. Salientou ainda que trabalha-se com servidores públicos extremamente legalistas, e ter a questão legal já posta, facilitaria a chamada para a discussão.

A oficial de projetos da UNESCO Mariana Braga também propôs a elaboração de uma publicação com todas as práticas apresentadas durante a realização do evento. E reiterou que o convite para a participação no mesmo foi feito formalmente ao Ministério da Educação (MEC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como resposta a UNESCO recebeu confirmações oficiais de que as agendas desses órgãos já continham compromissos para a data. Sendo assim, isso dá margem a se pensar que esse tema não está na pauta de discussão desses órgãos, parecendo ser um tema proibido.

Sandra Unbehaum sugeriu, então, como encaminhamento final, que após a elaboração do relatório do evento e em posse das gravações, fossem então convidadas as pessoas presentes para a formação do grupo, garantindo dessa forma, a diversidade de representação. Também sugeriu criar-se um cronograma para a elaboração desse documento.

Rede de Gênero e Educação em Sexualidade (REGES)

Essa parte do evento foi dedicada à explanação da cientista social Sylvia Cavasin, cofundadora da ECOS. Ela observou que, apesar dos impasses e retrocessos nessa discussão, houve muitos avanços.

Apresentou a Rede de Gênero e Educação em Sexualidade (Reges), que foi criada em 2009 com o intuito de unir a sociedade civil, os órgãos governamentais e a universidade para discutir as relações de gênero e a sexualidade na educação, e hoje tem inserido a discussão sobre a laicidade do estado. Finalizando, Sylvia Cavasin reiterou o convite aos participantes para integrarem a Rede, dizendo que é preciso pensar estratégias a fim de avançar nessas discussões.

Considerações finais

A realização desse seminário consistiu em um dia de debates e compartilhamento de experiências muito intenso, tendo se constituído em uma discussão densa sobre a problemática da inclusão dos temas de educação em sexualidade e relações de gênero na formação inicial docente.

No que tange às políticas públicas de educação, teve-se a clara noção de que importantes marcos normativos possibilitam a inserção da discussão de tais temáticas nas escolas, porém a realidade ainda não é favorável a isso. Além disso, os profissionais da educação têm pouca ou nenhuma formação necessária à discussão dos temas com os alunos, do ponto de vista socio-histórico.

A tentativa de inserção dessa discussão na formação docente inicial tem sido realizada de forma isolada, por iniciativas individuais de professores e pesquisadores das universidades públicas e de algumas particulares. A grande aliada dessa inserção tem sido a criação por docentes das universidades de grupos e núcleos de pesquisas que discutam as temáticas de gênero, sexualidade, diversidade sexual e raça/etnia. Ainda assim, as disciplinas que têm sido oferecidas em sua maioria não fazem parte integrante dos currículos formais dos cursos de formação docente. Portanto, é necessária uma discussão sobre a reestruturação desses currículos de modo que os temas apresentados nesse seminário passem a ser obrigatórios na formação de profissionais da educação no Brasil.

Com relação à formação continuada, apesar de haver uma proliferação de cursos com essas temáticas que sejam direcionados aos docentes da educação básica brasileira, os mesmos padecem de problemas estruturais e de continuidade.

Outro problema que merece destaque é a falta de articulação entre os grupos e núcleos existentes nas universidades, de modo a criar uma rede de discussão mais ampla e a fim de que as discussões tenham maior sintonia em âmbito nacional. Isso não significa, no entanto, que não se deve considerar os aspectos sociais e as particularidades inerentes a cada região do Brasil.

É preciso, também, promover um debate mais intenso sobre a questão dos grupos religiosos e sua influência sobre a formulação de políticas públicas educacionais voltadas à inserção da discussão sobre discriminação por diversidade sexual.

Enfim, a elaboração desse documento realizado pelo grupo que se formou, a partir da realização do evento, é de extrema importância para que o debate se fortaleça e possa gerar avanços e frutos que contribuam para a melhoria da equidade de gênero e identidades sexuais. Esse encontro torna-se uma possibilidade de sanarmos os problemas existentes em relação à inserção da discussão de tais temáticas na formação inicial e continuada de docentes.

Anexo 1 – Palestrantes

Nome	Instituição – Local
Célia Regina Rossi	Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP-Rio Claro) – São Paulo
Cláudia Vianna	Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo
Denise Carreira	Ação Educativa – São Paulo
Eliane Rose Maio	Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Paraná
Elisabete Regina Baptista de Oliveira	Pesquisadora ECOS – São Paulo
Fernanda Vecchi Alzuguir	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro
Helena Altmann	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – São Paulo
Iracilda Pimentel Carvalho	Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Aberta (UAB) – Distrito Federal
Ivany Pinto Nascimento	Universidade Federal do Pará (UFPA) – Pará
Jane Felipe de Souza	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Rio Grande do Sul
Jimena Furlani	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Santa Catarina
Jorge Lyra	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Pernambuco
Maria Cristina Cavaleiro	Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Paraná
Maria Eulina Pessoa de Carvalho	Universidade Federal do Paraíba (UFPB) – Paraíba
Maria Rebeca Otero Gomes	UNESCO no Brasil – Distrito Federal
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Araraquara) – São Paulo
Sandra Unbehaum	Fundação Carlos Chagas – São Paulo
Sylvia Cavasin	ECOS – São Paulo